



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901 - 3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI – QUANDO DECORRENTE DA
INCORPORAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO DE
PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA**

Formulário IX

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

com domicílio à rua/av _____ nº
_____conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro
_____, Inscr. Cadastral Imobiliária _____ fone
_____ celular _____, brasileiro (a), estado
civil_____, nos termos do artigo 156, § 2º, I, da Constituição Federal, que
concede **NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI – QUANDO DECORRENTE DA
INCORPORAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**, vem
requerer, respeitosamente a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

IX. NÃO INCIDÊNCIA DECORRENTE DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS - art. 156, 2º, I

- a) Requerimento específico;
- b) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e última alteração, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- c) CNPJ;
- d) Cédula de identidade e do CPF do subscritor do requerimento, com poderes de representação da sociedade, conforme indicado nos respectivos atos constitutivos, quando se tratar de órgão público a portaria ou decreto que nomeia o representante;
- e) Certidão da incorporação, fusão ou cisão, passada pelo oficial de registro civil das pessoas jurídicas ou pelo registro do comércio, conforme o caso, descrevendo a sucessão patrimonial decorrente da operação;
- f) Protocolo e ata da assembléia geral de aprovação e autorização da operação e nomeação de 03 peritos ou empresa especializada para avaliação dos patrimônios líquidos;
- g) Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais - DCTF e Declaração do Imposto de Renda na Fonte - DIRF;
- h) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER, registrada em cartório;
- i) Certidão de propriedade, referente às matrículas cujos imóveis ou direitos reais sejam transmitidos, lavrada pelo registro imobiliário competente;
- j) Certidões negativas (federal estadual e municipal);
- k) Procuração do representante no Brasil, conferindo-lhe poderes expressos para receber citação em ações propostas contra a outorgante, bem como lhe autorizando a receber notificações e avisos de lançamento de tributos e multas e intimações, em geral, para o cumprimento de demais exigências previstas na legislação tributária do local onde situados os bens transmitidos, em português ou traduzido por tradutor oficial;
- l) Inteiro teor do contrato ou estatuto e prova de achar-se a organização constituída conforme a lei de seu país, em português ou traduzido por tradutor oficial;
- m) Alterações contratuais pertinentes à transação, nas quais figurem os registros das operações junto ao registro civil ou comercial, conforme o caso;
- n) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.